

ANC - CPEC

ANC 88
Pasta Fev/Dez 85
191

Arinos defende opção pelo parlamentarismo

- 3 DEZ 1985

CORREIO BRAZILIENSE

- 3 DEZ 1985

asa

Rio — O jurista Afonso Arinos de Melo Franco, presidente da Comissão de estudos constitucionais, disse ontem que "a Constituição que podemos fazer não é para a crise atual do Brasil", decorrente do que considera processos anormais, considerados os 20 anos de regime militar, a crise econômica e o processo administrativo. "Se fizermos uma Constituição voltada para resolver esses problemas, vamos resolvê-los, mas não teremos uma Constituição", afirmou.

Ele assegurou que a nova Constituição "tende a criar condições para que os problemas se resolvam, porque tem uma preocupação social muito grande". Segundo ele, as constituições brasileiras tinham muito pouca preocupação com o social, daí a nova ordenação que a comissão está dando a seus capítulos.

Indagado sobre que tipo



de anteprojeto o presidente José Sarney espera, Arinos disse acreditar que a expectativa do chefe do Governo seja pela opção parlamentarista. "O Presidente — observou o jurista — é parlamentarista. Ele não esconde isso. Sarney é muito mais moço, da idade do meu filho Afonso, e tem a formação dos leitores mais modernos".

O Presidente da comissão de estudos constitucionais considera o modelo francês de parlamenta-

risimo mais adequado por duas características básicas: o Presidente é eleito diretamente e o Executivo participa ativamente no gabinete. Ele ressalva, contudo, como inconveniente o mandato presidencial de sete anos previsto naquele País. De acordo com o seu entendimento, o mandato deve ser de quatro anos, embora considere ideal mandatos de três anos em todos os níveis, como foi na Primeira República.

O ex-ministro destacou que é normal que grupos vejam na eleição para a Constituinte uma forma de influência, desde que sejam inseridos na organização partidária. Afonso Arinos está convencido de que o parlamentarismo exige novo reordenamento partidário. "O que não é possível é que grupos que não atuam no processo representativo tentem influir".

O jurista informou que

no anteprojeto da nova Constituição a declaração universal dos direitos humanos virá no preâmbulo. Ontem, a subcomissão do Rio realizou reunião preparatória para a plenária de amanhã, primeira depois da criação e instalação da comissão há três meses, como os representantes das subcomissões de Brasília, São Paulo e Recife. Os trabalhos dos comitês deverão prosseguir até o dia 20, quando haverá interrupção para as festas de fim de ano, e retomados no dia 6 de janeiro.

Durante a reunião de ontem na sede do Banco Central, o ex-senador Mário Martins defendeu que seja defendida como nova opção para o País o parlamentarismo e não, como pretendem outros membros da comissão, o parlamentarismo disfarçado com a denominação de "presidencialismo congressional".